



**ORDEM DO DIA
PARA A 49ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
EM 02 DE JULHO DE 2014**

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

1 - Discussão e votação adiada - Projeto de lei nº 441, de 2007, de autoria do deputado Marcos Martins. Assegura atendimento por psicólogos e assistentes sociais aos alunos das escolas públicas de educação básica. Pareceres nºs 2898 e 2899, de 2007, respectivamente, das Comissões de Justiça e de Educação, favoráveis. Com substitutivo apresentado no termos do inciso II do artigo 175 do Regimento Interno. Pareceres nºs 687 e 688, de 2012, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação e de Educação, favoráveis ao substitutivo.

2 - Discussão e votação adiada - Projeto de lei nº 716, de 2011, de autoria do deputado Ulysses Tassinari. Dispõe sobre o serviço comunitário compulsório para formandos em Medicina nas universidades públicas do Estado. Pareceres nºs 865 e 866, de 2012, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação e de Administração Pública, favoráveis. Emenda apresentada nos termos do artigo 175, inciso II do Regimento Interno. Parecer nº 1320, de 2013, do Congresso das Comissões de Justiça e Redação e de Administração Pública, favorável à emenda.

3 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 25, de 2014, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei Complementar nº 1.144, de 11 de julho de 2011, que institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Salários para os integrantes do Quadro de Apoio Escolar da Secretaria da Educação. Com 3 emendas. Pareceres nºs 1027, 1028 e 1029, de 2014, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e Redação, de Administração Pública e da Comissão de Finanças, favoráveis ao projeto e contrário às emendas.

4 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 27, de 2014, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre a reclassificação dos vencimentos e salários dos servidores integrantes das classes de natureza permanente regidas pela Lei Complementar nº 1.080, de 2008, alterada pela Lei Complementar nº

1.158, de 2011, e dá outras providências correlatas. Com 9 emendas. Parecer nº 1046, de 2014, do Congresso das Comissões de Comissão de Justiça e Redação, de Administração Pública e de Finanças, favorável ao projeto, à emenda nº 8, e contrário às demais emendas.

5 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 341, de 2005, de autoria do deputado Geraldo Vinholi. Obriga as empresas de transporte urbano de passageiros a reservarem espaço para mulheres. Parecer nº 870, de 2013, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação, favorável. Parecer nº 871, de 2013, da Comissão de Transportes, favorável com emenda. (Em anexo o Projetos de lei nºs 1025, de 2011 e 175, de 2013).

6 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 235, de 2007, de autoria do deputado Luciano Batista. Cria o Programa "Farmácia Popular Sobre Rodas". Pareceres nºs 1302, 1303 e 1304, de 2007, respectivamente, das Comissões de Justiça e de Saúde e de relator especial pela Comissão de Finanças, favoráveis.

7 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 7, de 2009, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Limita o número de alunos nas salas de aula do ensino fundamental que têm matriculado aluno com necessidades especiais. Parecer nº 302, de 2012, da Comissão de Justiça e Redação, favorável, com substitutivo. Pareceres nºs 303 e 304, de 2012, respectivamente, da Comissão de Educação e de relator especial pela Comissão de Finanças, favoráveis ao substitutivo.

8 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 892, de 2011, de autoria do deputado Rafael Silva. Autoriza a realização de Exame Criminológico, por decisão motivada do juiz competente e quando as peculiaridades do caso assim o exigirem, aos presos recolhidos em estabelecimentos prisionais no Estado. Parecer nº 1032, de 2014, da Comissão de Segurança Pública, favorável. (Aprovado em Discussão e Votação Prévia).

9 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 388, de 2012, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Cria o Programa "Preserva São Paulo". Parecer nº 1030, de 2014, do Congresso das Comissões de Educação e de Finanças, favorável com emenda. (Aprovado em Discussão e Votação Prévia).

10 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 347, de 2013, de autoria do deputado Geraldo Cruz. Estabelece a obrigatoriedade da chamada pública e do registro de demanda por acesso e permanência de crianças, adolescentes, jovens e adultos nas redes públicas de ensino do Estado. Pareceres nºs 336, 337 e 338, de 2014, respectivamente das Comissões de Justiça e Redação, de Educação e de Finanças, favoráveis.

11 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 501, de 2013, de autoria dos deputados Francisco Campos Tito e José Zico Prado. Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Expansão da Agricultura Familiar Irrigada - "Mais Água, Mais Renda" nos empreendimentos rurais de agricultura familiar. Pareceres nºs 527, 528 e 529, de 2014, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação, de Atividades Econômicas e de Finanças, favoráveis.

12 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 573, de 2013, de autoria dos deputados Célia Leão e Cauê Macris. Cria o "Circuito das Flores Paulista", integrado pelos Municípios de Artur Nogueira, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Jaguariúna e Santo Antônio de Posse. Parecer nº 2038, de 2013, do Congresso das Comissões de Justiça e Redação e de Atividades Econômicas, favorável com emenda.

13 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 767, de 2013, de autoria do deputado Leandro KLB. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da atividade e a autorização de eventos de artes marciais mistas - MMA, no Estado. Parecer nº 1044, de 2014, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação, favorável. Parecer nº 1045, de 2014, da Comissão de Assuntos Desportivos, favorável com substitutivo.

14 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 797, de 2013, de autoria do deputado José Bittencourt. Proíbe a revista íntima dos visitantes nos estabelecimentos prisionais do Estado. Parecer nº 1035, de 2014, da Comissão de Justiça e Redação, favorável com emenda. Parecer nº 1036, de 2014, do Congresso das Comissões de Segurança Pública e de Finanças, favorável ao projeto e contrário à emenda da Comissão de Justiça e Redação.

15 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 860, de 2013, de autoria do deputado Marcos Zerbini. Determina que os estabelecimentos penais do Estado deverão dispor de locais adequados para a visita de familiares. Pareceres nºs 1033 e 1034, de 2014, respectivamente, da Comissão de Justiça e Redação e do Congresso das Comissões de Segurança Pública e de Finanças, favoráveis.

16 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 947, de 2013, de autoria do deputado Beto Tricoli. Institui a "Política Estadual de Inclusão das Comunidades Isoladas" no planejamento das ações de saneamento em todo o Estado. Parecer nº 1026, de 2014, do Congresso das Comissões de Justiça e Redação, de Meio Ambiente e de Finanças, favorável.

17 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 4, de 2014, de autoria do deputado Chico Sardelli. Dispõe sobre a implantação do sistema biométrico de identificação de recém-nascidos no Estado. Pareceres nºs 1041, 1042 e 1043, de 2014, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação, de Saúde e de Finanças, favoráveis.

18 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 568, de 2014, de autoria do deputado Davi Zaia. Altera a Lei nº 14.653, de 2011, que institui o regime de previdência complementar no âmbito do Estado, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões de que trata o artigo 40 da Constituição Federal, autoriza a criação de entidade fechada de previdência complementar, na forma de fundação, e dá outras providências. Parecer nº 1037, de 2014, do Congresso das Comissões de Justiça e Redação, de Administração Pública e de Finanças, favorável.

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

1 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 400, de 2009, de autoria do deputado Reinaldo Alguiz. Dispõe sobre a prestação de assistência especial a parturientes cujos filhos recém-nascidos sejam portadores de deficiência ou patologia crônica. Com 01 emenda. Parecer nº 2538, de 2009, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto e à emenda, com subemenda. Parecer nº 2539, de 2009, da Comissão de Saúde, favorável ao projeto e à emenda, na forma da subemenda da Comissão de Justiça.

2 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 783, de 2009, de autoria do deputado Pedro Tobias. Acrescenta inciso ao artigo 27 da Lei nº 6.544, de 1989, estatuto jurídico das licitações, e dá nova redação ao § 6º daquele dispositivo. Pareceres nºs 1866, 1867 e 1868, de 2010, respectivamente, das Comissões de Justiça, de Obras Públicas e de Finanças, favoráveis.

3 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 311, de 2012, de autoria do deputado Celso Giglio. Obriga todo estabelecimento da rede pública de ensino fundamental e médio do Estado a prestar contas aos responsáveis pelos alunos da qualidade do ensino ali ministrado. Pareceres nºs 1451, 1452 e 1453, de 2013, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação, de Educação e de Finanças, favoráveis.

4 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 372, de 2012, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio

com clínicas particulares, associações comunitárias, igrejas, organizações não-governamentais e entidades que prestam atendimento e tratamento de dependentes químicos (drogas ilícitas) e álcool. Pareceres nºs 1553, 1554 e 1555, de 2013, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação, de Saúde e de Finanças, favoráveis.

5 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 415, de 2012, (Autógrafo nº), de autoria do deputado Marcos Neves. Inclui as notas do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) no cômputo das notas dos exames admissionais da Escola Técnica Estadual (ETEC) e da Faculdade de Tecnologia (FATEC), do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" (CEETEPS). Parecer nº 1717, de 2013, da Comissão de Justiça e Redação, favorável com emenda. Pareceres nºs 1718 e 1719, de 2013, respectivamente, das Comissões de Educação e de Finanças, favoráveis ao projeto e à emenda.

6 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 749, de 2012, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Autoriza a Poder Executivo a criar o cargo de "Odontologista" no Estado. Pareceres nºs 912, 913 e 914, de 2014, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação, de Administração Pública e de Finanças, favoráveis.

7 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 62, de 2013, de autoria do deputado Carlos Cezar. Cria o curso "Cuidados a Serem Observados em Situações de Risco", a ser oferecido em todas as escolas públicas do ensino fundamental e médio do Estado. Pareceres nºs 1960, 1961 e 1962, de 2013, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação, de Educação e de Finanças, favoráveis.